

Textos Brasileiros



O INDÍGENA E O POVOAMENTO DO BRASIL*

Mário Marroquim

NOTA EXPLICATIVA

Estudos sobre a origem do homem consideram atualmente a teoria de que há 10.000 anos ocorreu um grande caldeamento mongolóide-polinésio-africano-sul-americano de homens que já existiam no continente americano.

A mentalidade científica aberta às evidências contemporâneas já se fazia presente em Mário Marroquim, quando coletou as peças da Coleção Marroquim** e redigiu este trabalho, sem que tal temática fizesse parte da sua área profissional. Contribuiu, assim, para os estudos sobre o povoamento do Novo Mundo. Há que se considerar as dificuldades de acesso às fontes e profissionais com que certamente se deparou, hoje minimizadas pelos meios de comunicação que derivam da evolução científico-tecnológica.

O estudo do povoamento do continente americano, aberto a aceitação de que os verdadeiros americanos, na sua origem, formaram-se de várias raças, como intuía Mário, traz como consequência a assertiva de que o indígena não é uma raça, e sim, a conjunção de várias raças, resultante de uma mescla antiqüíssima (Wuthenau, 1995)^a.

A variedade de tipos com caracteres diversos, a disseminação de diferentes línguas e costumes discrepantes são reforços às evidências da multiplicidade de fontes do povoamento.

As várias raças que chegaram ao continente americano tiveram como rota primeira o estreito de Behring, como informa Mário, e estudos recentes também demonstram a veracidade de contatos transpacíficos e transatlânticos (Wuthenau, 1995).

Os transpacíficos, considerados os mais importantes, atestam contatos por mar com grupos da Polinésia que utilizam correntes transpacíficas. Esta informação é amplamente aceita e ensinada nas escolas e universidades do Peru, baseada nos estudos de Paul Rivet e nas investigações de Clifford Evans e Betty Meggers sobre o alcance dos condutos asiáticos.

A referência feita por Mário à importância da mandioca na dieta alimentar, foi objeto de preocupações de Meggers (1977)^b ao tratar a época e o local da domesticação dos tubérculos tropicais, assinalando a ocorrência de espécies silvestres do gênero *manihot* em habitats onde não há geadas, estendendo-se do México setentrional ao norte da Argentina, já com evidências indiretas no litoral Colombiano do Caribe pouco antes do ano 1000 a. C.

O quase inexistente intercâmbio entre especialistas – antropólogos e arqueólogos – que por não compartilharem idéias e descobertas raramente se unem para formular conclusões sobre assuntos relativos ao objeto de suas pesquisas, tem como consequência uma exagerada especialização, levando ao absurdo de um conhecimento fragmentado não condizente com o interesse que a todos move, qual seja a qualidade e o futuro da vida humana, da qual historiadores, antropólogos e artistas figuram entre os melhores intérpretes.

O objetivo desta nota é tão somente conferir um suporte teórico inicial e, por isso mesmo, superficial, no momento da divulgação de escritos pertencentes a um homem que se caracterizou pela visão interdisciplinar, e em cujo espírito manteve-se sempre viva a curiosidade e a esperança próprias do verdadeiro conhecimento.

Maria Helena de Amorim Wesley

* Trabalho publicado no **Catálogo Arqueológico da Coleção Marroquim**. EDUFAL/IHGAL/SECULT. Maceió, 1996.

** Acervo do IHGAL.

^a WUTHENAU, Alexander von. **América: 5.000 de história**. México: Editorial Diana, 1995.

^b MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 1977.

SUMÁRIO

	p.
Portugal antes de 1500.....	02
O descobrimento do Brasil.....	02
Os índios do Brasil em 1500.....	04
O povoamento.....	06
A língua tupi.....	11
O problema da ocupação da terra.....	15
Os índios e sua cultura.....	17
Outros aspectos da cultura indígena.....	20
A mandioca.....	22
José Paulino e Mario Marroquim.....	25

Portugal antes de 1500

Por uma predestinação histórica e pela contingência geográfica, desligando-se politicamente da Ibéria, separando-se das Hespanhas, Portugal, dando as costas ao Mediterrâneo, alongou as vistas para o Atlântico.

Tendo recebido do Mediterrâneo, com a língua, a cultura romana, foi a política de Roma que o isolou nas praias do Atlântico, separando-o administrativamente do resto da península ibérica.

Daí por diante, o Atlântico passou a ser seu horizonte.

Nos fins do século XIV, em agosto de 1385, sua vitória sobre Castela, em Aljubarrota, consolidou-o como nação. A dinastia de Avís formou as bases de seu império ultramarino que, no século seguinte, tomou forma com a conquista de Ceuta, com o descobrimento das ilhas Atlânticas e a exploração da costa africana em busca do caminho para as Índias e para as especiarias, caminho que Vasco da Gama abriria em 1498.

O descobrimento do Brasil

Reinava D. Manuel, o venturoso, Portugal entrava no apogeu de sua fortuna transatlântica. D. Manuel era um dos príncipes mais felizes da Europa; o pequeno reino do século XV se transformara no entreposto europeu das fabulosas riquezas da Índia. Entrava o século XVI como potência de primeira grandeza¹, transfigurando-se em uma das mais invejadas nações da Europa².

Em fins de 1499 Vasco da Gama chega ao Tejo, de volta de sua primeira viagem à Índia. Pouco depois, a 9 de março de 1500, parte Pedro Alvares Cabral comandando uma frota de treze naus. Seu destino era o oriente.

Começa aí a história do Brasil.

No caminho para a Índia, ao longo da costa africana, o embarço maior para os veleiros era a calmaria do golfo de Guiné que os imobilizava por dilatados dias. Circunstância já conhecida por todos os navegantes que cruzavam o litoral da África, não ignorava isso Vasco da Gama que, em sua viagem, declinou para o ociden-

¹ CALMON, Pedro. **História do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1951.

² PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

te, numa grande volta, mais tarde chamada *volta do Brasil*, que o afastou da zona perigosa do golfo.

Nas suas instruções a Cabral foi bem claro: *fazerem seu caminho pelo sul e, se houverem de guinar, seja sobre a banda sudoeste, e tanto que lhes der o vento escasso, devem ir na "volta do mar" até meterem o cabo da boa esperança em leste franco*³.

Cabral atentou à instrução. Guinou sobre a banda do sudoeste e, conduzido pelos alísios, antes de ir procurar o leste franco, foi encontrar terras do Brasil.

Quando na tarde de 22 de abril de 1500 avistou o monte Pascoal e, ao sol posto do mesmo dia lançou ancoras, não sabia que terra era aquela. Deu-lhe o nome de Vera Cruz. O escrivão da armada, Pero Vaz de Caminha, ainda à vista dela escrevia a D. Manuel a carta que dava conta do feito, datando-a *deste Porto Seguro, da vossa ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro de maio de 1500*.

Essa carta certifica com toda a autenticidade o descobrimento, sem faltar sequer a hora do acontecimento. Precisas são suas informações geográficas e etnográficas a respeito da terra e dos indígenas que nela foram encontrados.

Já em seus primeiros contatos o português definiu os rumos de suas atividades de descobridor, animado do espírito de aventura e de ambição, comum a quantos, na Europa, se lançavam então pelo mar em busca de terras ignotas que imaginavam sempre cheias de ouro e de riquezas fáceis. Portugueses, espanhóis, franceses, navegadores, comerciantes, aventureiros, mais do que propriamente terras novas, era isso que esperavam encontrar nas ilhas desconhecidas que o mar ocultava.

Esse espírito aventureiro encontramos na carta de Caminha.

Se os portugueses olhavam com interesse e curiosidade a nova terra, também seus habitantes corriam cheios de admiração para a praia, a olhar as naus que traziam aquela gente desconhecida. Diz Caminha: *avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito. Quanto mais demoravam os navios, mais índios apareciam. Realmente, um pouco adiante esclarece: andavam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir mais. E parece-me que viriam este dia à praia quatrocentos ou quatrocentos e cinqüenta. E os descreve: a feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência.*

As mulheres índias não poderiam escapar à meticulosa admiração dos marujos lusos, admiração que o escrivão particulariza: *ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem novinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas tão altas e cerradinhas e tão limpas de cabeleira que, de muito bem olharmos não se envergonhavam.*

E mais adiante, numa antecipada justificação dos mamelucos que tão importante papel desempenhariam depois, nas bandeiras e no devassamento do território, acrescenta Caminha: *e uma daquelas moças era toda tingida de baixo acima daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e a sua vergonha tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra vendo-lhe as feições envergonhara por não terem as suas como elas.*

Cabral, logo ancorou, procurou estabelecer contato mais íntimo com os selvagens que eram vistos na praia, afim de se familiarizar com eles. E houve, assim, notícia da primeira aldeia indígena e descrição de suas casas e tabas como depois foram sempre vistas, de Itamaracá a São Vicente. *E eram de madeira e cobertas de palha e todas de um só espaço, sem repartição alguma, como as descreve Caminha e repetem, depois, cronistas e viajantes. Mas não houve notícia de ouro, que logo quiseram pesquisar. Um dos índios, acrescenta, fitou o colar do Capitão e começou a fazer acenos com a mão em direção a terra e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. Qualquer gesto, qualquer aceno dos indígenas logo tomavam como informação sobre o metal.*

³ CALMON. Pedro. Idem, loc. cit.

Confirmando o conceito latino - *facile credimus quod volumus* -, afirma o escrivão com singela sinceridade: *isso tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos*.

Desenganado de anunciar riquezas, procura consolar El-Rei com a oportunidade de catequizar o gentio da terra. *Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar, parece-me que será salvar esta gente*.

E essa intenção evangélica seria, mais tarde, a justificação de todas as violências e injustiças de que foram vítimas os indígenas. Índios foram mortos, escravizados, suas terras ocupadas, suas aldeias destruídas. Isso, porém, era o secundário; o essencial era a catequese, a salvação de suas almas.

Quando as bandeiras se espalharam, preando índios em todas as direções, no sul, no oeste, no norte, o pretexto apresentado era a necessidade de arrancá-los das trevas do paganismo e ensinar-lhes o Evangelho, o que fazia levantar-se cheio de indignação o Padre Nicolau del Techo⁴.

E Domingos Jorge Velho, no fim do século XVII, quando, segundo suas declarações, andava à *conquista do gentio desse vastíssimo sertão, não ia a cativá-los, senão a adquirir o Tapuia, gentio bravo e comedor de carne humana para que lhes por esse meio cheguem a ter aquela luz de Deus e dos mistérios da fé católica basta para sua salvação*, embora fosse o bandeirante o menos autorizado para essa catequese, como se vê da opinião que dele fazia o bispo de Pernambuco D. Frei Francisco de Lima: *este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado; quando se avistou comigo trouxe língua consigo, porque nem falar sabe nem se diferencia do mais bárbaro Tapuia e não obstante haver-se casado de pouco, lhe assistem sete índias concubinas*⁵.

Os Índios do Brasil em 1500

À sua chegada, os portugueses encontraram o litoral de Porto Seguro habitado pelos tupiniquins, indígenas da grande família tupi-guarani, encontro que a carta de Caminha documentou.

Em relação à sua origem, como à dos demais índios que povoavam o território, surgiram problemas que têm desafiado estudiosos nacionais e estrangeiros. Todos, porém, são acordes em que devem eles ser encarados em conjunto com os demais habitantes pré-colombianos do Novo Mundo.

Seriam autóctones os primeiros habitantes da América? A questão dividiu as opiniões. Repelida a hipótese do poligenismo, foi mesmo necessária a intervenção papal para declarar a condição humana do homem americano, pois até isso lhe foi ocasionalmente negado.

Herbert Baldus diz que a Bula a respeito, a *Veritas Ipsa*, foi do Papa Paulo III, em 1537⁶. Artur Ramos quer que a Bula papal seja de 1512⁷.

As discussões passaram a girar em torno do ponto do globo de onde emigrou o homem que veio povoar o novo continente, e como veio ele até aqui.

Autores foram buscar a origem do homem americano nos continentes lendários, a Atlântida, a Lemúria, ou a Antártida. Depois pretenderem fixar-lhe o berço no Egito, na Fenícia, na Ásia Central ou meridional, na Mesopotâmia ou mesmo na Europa ou na África, com grande cópia de argumentos e muita imaginação.

Modernamente, Alec Hadlicka defendendo o monogenismo sem atender ao espírito bíblico ou religioso, mas exclusivamente científico, chegou às seguintes conclusões: a) Os índios americanos, de um extremo a outro do continente, formam uma única raça; b) Sua origem é mongolóide; c) Não são, pois, autóctones, nem formam uma suposta *raça vermelha*; d) Chegaram à América vindos das regiões setentrionais da Ásia oriental, através do Estreito de Behring, numa época em que era um istmo que ligava a Ásia à América; e) Esse movimento migratório acompa-

⁴ TECHO, Pedro Nicolau de. *História do Paraguai da Companhia de Jesus*. Livro IX, Cap. 12, s. d.

⁵ ENNES, Ernesto. *A Guerra dos Palmares*. São Paulo, Ed. Nacional, 1938.

⁶ BALDUS, Herbert. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

⁷ RAMOS, Arthur. *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil, 1962.

nhou a migração da rena, do bisão e do mamute que lhes serviam de alimento, e se processou em várias ondas migratórias, a primeira a partir de dez mil a vinte mil anos a.c.⁸

Essa opinião é aceita por grande número de antropólogos e também combatida por muitos outros, especialmente europeus. O carbono radioativo aplicado a recentes achados arqueológicos, alargou a idade provável do primeiro cruzamento do Istmo de Behring para mais de 15 000 anos antes de Cristo⁹

Essas pesquisas tornaram evidente que, partindo do então Istmo de Behring, os homens que aqui chegaram nessas remotas idades, expandiram-se por todo o continente, tendo sido encontrados seus instrumentos de pedra até a parte norte do estreito de Magalhães que eles alcançaram *desde o sétimo milênio antes de Cristo*¹⁰.

Paul Rivet aceita a migração mongolóide que é universalmente reconhecida, mas indica também outras origens, como a australiana e a malaio-polinésia, o que importa nas migrações oceânicas que Hadlicka nega.

Escapa ao plano deste estudo a análise e discussão dessa controvérsia que é tratada em minúcias por Artur Ramos, que conclui: *não podemos realmente separar as questões do índio do Brasil das do índio do Novo Mundo em geral*¹¹.

Quer isto dizer que os índios encontrados pelos portugueses no Brasil, em 1500, eram descendentes dos povos que, milhares de anos antes, tinham alcançado as terras do Novo Mundo, espalhando-se por todo o continente.

Como uma das provas dessa remota transmigração continental, temos os machados de pedra semilunares encontrados em pontos esparsos do Brasil, machados que não demonstram em sua feitura mão dos tupis, dos guaranis ou de qualquer outro grupo indígena. Primorosamente fabricados, com sua curva lunar traçada a compasso, serviriam aqui antes como objetos rituais do que como objetos de trabalho.

O autor tem em sua coleção dois desses machados, encontrados aqui em Alagoas, em região habitada outrora pelos caetés, do grupo tupi, um deles com requintes de fabricação que denuncia um artista como não o eram nossos índios do século XVI. São objetos evidentemente trazidos para aqui e fabricados por povos de cultura material e técnica muito acima do índio brasileiro.

É fácil o confronto com os machados de trabalho fabricados e usados pelos indígenas na era do descobrimento, pois estes existem em grande número, ainda hoje, nos museus e em coleções particulares.

Afora os machados de trabalho, há grande quantidade de pequenos machados que eram usados com cabo comprido, arma de guerra dos cariris como explica Herkmans. Uns e outros eram fabricados por fricção nos lajedos à beira dos riachos e nas pedras das cachoeiras, o que não se pode admitir em relação aos machados semilunares aqui encontrados.

Alfredo Brandão em seu livro *A escrita pré-histórica do Brasil*, edição da Civilização Brasileira S.A., apresenta gravuras de caracteres encontrados na margem do Riachão que banha a propriedade Paredões no município de Viçosa, por ele próprio copiadas do original e que descreve como inscrições pre-históricas. Mas a gravura e a descrição que faz dos sulcos, demonstram, sim, o trabalho dos indígenas na feitura de seus machados. E isso mesmo sugere o próprio autor em sua descrição: *são formados por longos riscos de dez a cinquenta centímetros, gravados na pedra, formando ângulos, triângulos, paralelos, cruces e mais diversos signos circulares e em forma de elipses. Desses últimos, uns são ligeiramente deprimidos apresentando a superfície esmeradamente polida, dando ao tato a sensação de maciez; outros são cavados como pequenas canoas, parecendo a marca de machados de pedra do homem primitivo, machados que o vulgo denomina "coriscos"*¹².

⁸ ALMEIDA, J. F. *Primeiros povoadores do Brasil*. s. d.

⁹ TECHO Pedro Nicolau de. *História do Paraguai da Companhia de Jesus*. Cit., p. 04.

¹⁰ ALMEIDA, J.R..idem, cit.

¹¹ RAMOS, Arhur. Idem. cit.

¹² BRANDÃO, Alfredo. *Viçosa de Alagoas.: o município e a cidade (Notas históricas, geográficas e archeológicas)*. Recife: Imprensa Industrial, 1914

São, realmente, marcas da fabricação dos machados de pedra de que se utilizavam nossos índios. Podemos chamar a esses conjuntos de traços e riscos, de verdadeiras *oficinas* em que eram fabricados esses instrumentos líticos. Alfredo Brandão relaciona em seu livro vários conjuntos de traços e riscos, em diferentes pontos, mas sempre em lajeiros à margem de riachos.

Nossos matutos e caboclos invariavelmente chamam de *coriscos* a esses machados que ocasionalmente encontram em suas roças e lavouras. Acreditam serem pedras que caem do céu impelidas pelos raios nas trovoadas. Ao caírem, dizem eles, os *coriscos* enterram-se sete braças no chão, subindo uma braça por ano e no fim de sete anos aparecem na superfície.

Quanto aos traços e riscos nas pedras das cachoeiras e lajeiros dos riachos, vestígios da fabricação dos machados, são explicados como *roteiros* de tesouros dos holandeses, escondidos e enterrados por eles no século XVII quando viveram e se estabeleceram no nordeste. Nunca apareceram esses tesouros, mas qualquer sinal para o qual não haja explicação clara é logo apontado como tesouro de holandês.

Não só em Alagoas vive essa lenda. Capistrano de Abreu encontrou-a também no Ceará, onde letreiros, pedras de sino, marcos apagados pelo tempo, de tudo a imaginação lhes atribui a autoria¹³.

Gustavo Barroso¹⁴ em artigo publicado na revista *Cruzeiro*, número de 6 de agosto de 1955, dá notícia de que os índios Tremembés, do grupo cariri, indígenas de língua travada, *usavam machados semilunares, de base curvilínea, muito bem polidos e amolados*. Informa ter visto uma peça primorosamente fabricada, provinda da serra do Araripe. E acrescenta: *este machado muito raro entre os povos das idades líticas, denota grande progresso técnico na fabricação. Os antropólogos e etnólogos alemães dão extraordinário valor à presença do machado de pedra de curva elipsoidal, considerando-o elemento mais característico do ciclo cultural intra-asiático da civilização porcina, civilização pre-histórica na Ásia e na Europa*". E termina Barroso com a pergunta: *como explicar deste lado do Atlântico a presença desse machado semilunar?*

Para o aceitarmos como arma habitual dos índios cariris ou tupi-guaranis ou jês, teríamos também de aceitar sua fabricação aqui por esses indígenas, o que se choca com os fatos conhecidos da capacidade técnica deles, para sua fabricação.

Resta-nos admitir, assim, que esses machados chegaram a este lado do Atlântico trazidos há mais de 15 000 a.c. pelos antecessores dos primitivos que atravessaram o istmo de Behring vindos das planícies da Ásia central e os levaram por todo o continente, chegando às mãos dos Tremembés no Ceará, como dos Caetés em Alagoas.

Nenhum dos cronistas e viajantes do primeiro século, que foram tão minuciosos ao escreverem sobre os tupis e tapuias, silenciariam a respeito desses machados se fossem eles instrumentos de uso comum dos nossos indígenas.

O povoamento

Descoberto o Brasil, a coroa portuguesa teve ciência, pela carta de Caminha, que dele não poderia esperar ouro nem prata. Deslumbrada pelas riquezas da Índia deixou quase no esquecimento a terra americana aproveitando dela apenas o pau de tinta cuja exploração deu em arrendamento a mercadores e que, nas primeiras décadas foi o único fruto que dela recebeu. Era a política mercantilista da Europa de então, que fazia Portugal buscar de preferência as especiarias, os tecidos finos do oriente, mercadorias que lhe davam o *lucro da escassez* proporcionando um rendimento fabuloso que não podia ser esperado da nova terra.

O pau-brasil, madeiras, curiosidades das matas conduzidas pelas naus até a Europa não se podiam emparelhar com as especiarias da Índia que eram avidamente disputadas pelo mercado consumidor europeu.

¹³ ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguiete. 1954.

¹⁴ BARROSO, Gustavo. IN **O Cruzeiro**. Revista de 06 de agosto de 1955.

As naus da metrópole tocavam em terras brasileiras na função policial de afugentar os piratas, especialmente os franceses, que - *apareciam ameaçadoramente no litoral onde eram mais bem recebidos pelo gentio que os donos portugueses* -, como observa J.F. de Almeida Prado¹⁵. Os indígenas eram amigos dos franceses e no decorrer das hostilidades entre eles e os portugueses tomariam partido dos primeiros.

Defendiam o pau-brasil para a coroa mas, igualmente, e de certo com maior interesse, protegiam as naus da carreira da Índia que faziam do litoral brasileiro estação de abastecimento e de reparos.

O comércio do pau de tinta, vantajoso a princípio, em meados do século XVI dava uma renda muito limitada. Seu maior proveito e utilidade foi a disciplina do trabalho imposta ao índio pelos piratas franceses, os entrelopos que contrabandeavam ao longo da costa e para os quais, em troca de bugigangas os selvagens cortavam as árvores e transportavam os toros para as praias onde os embarcavam. Os tripulantes não poderiam sozinhos atender a esse penoso trabalho com a presteza que o mesmo exigia.

Os indígenas, em estágio de comunidade primitiva, nada tinham que oferecer a um povo como o português da época, cuja atividade mercantil era a base de sua prosperidade e o sentido de sua expansão atlântica. Era tempo de o Rei português atender na carta de Caminha e ao quadro de sua nova terra como a apresentava o escrivão, "*em tal maneira graciosa que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo*".

E resolveu aproveitá-la.

Sua política passou de exclusivamente mercantilista para nacionalista. O Brasil foi dividido em capitânicas hereditárias a cujos donatários D. João III deu privilégios quase feudais, impondo-lhes, por outro lado, o encargo de povoá-las e colonizá-las sem ônus para a coroa. Visando esse povoamento já alvarás régios determinavam que a pena de desterro para as ilhas de São Tomé e do Príncipe, imposta pelas Ordenações, fosse trocada pelo desterro para o Brasil, além da impunidade assegurada aos criminosos que aqui se homiziassem.

Quando Tomé de Souza, em 1549, chegou como Governador Geral, trouxe seiscentos degredados em sua armada, recrutados naturalmente entre os vadios, mentirosos, comerciantes que roubavam no peso, apaixonados que entretinham amores não sancionados pela Igreja, caluniadores e malandros, que todos eles as Ordenações do Reino condenavam a desterro. Certamente contra levas dessa espécie é que bradaria Duarte Coelho, reclamando que lhe estavam inundando a capitania de escumalha recolhida nos cais de Lisboa.

Em carta datada "*desta Vila de Olinda, a 20 de dezembro de 1546*", o donatário escreve a El-Rei que os degredados "*não são para nenhum trabalho, vem pobres e nus e não podem deixar de usar de suas manhas*", acrescentando: "*creia Vossa Alteza que são piores aqui do que peste, pelo que peço a Vossa Alteza, pelo amor de Deus, que tal peçonha para aqui não me mande*". E ainda: "*torno a pedir a Vossa Alteza que não me mande tal gente e me faça mercê mandar às suas justiças que os não metam por força nos navios que para minhas terras vierem, porque é, senhor, deitarem-me a perder*".

A população portuguesa de então alcançava pouco mais de um milhão de habitantes. Segundo Capistrano de Abreu em Capítulos da História Colonial, 4a. Edição, pg. 64: "*em 1527 a soma total dos fogos em todo o Reino andava por 280.528; dando a cada um destes um numero de quatro indivíduos, a população do Reino seria naquele ano de 1.122.112 almas*"¹⁶.

Escassa era, portanto, a reserva demográfica de que poderia dispor o reino no século XVI para o povoamento e a ocupação de sua colônia americana. Para isso não chegavam as sobras de sua população, os escassos restos de sua aventura na Índia. Nem poderia resistir à pressão de franceses, espanhóis, ingleses, holandeses que corvejavam no litoral brasileiro.

¹⁵ ALMEIDA PRADO, J. F. *Primeiros Povoadores do Brasil*. s. d.

¹⁶ IDEM, cit. p. 19

Piratas e companhias de armadores dos portos bretões, à frente do poderoso Jean Ango, já tinham tomado a súditos portugueses entre 200 a 300 navios e cerca de quatro milhões em ouro. O caso da Pellerine, em Pernambuco, foi uma alarmante evidência.

Francisco I da França, a quem Portugal não pudera mostrar a verba testamentária de Adão que o excluía da partilha do mundo, usaria da força para obter seu quinhão na América, exemplo que contagiaria outras nações.

E seria bem diferente a história do Brasil.

A língua tupi

Deve-se o povoamento e a ocupação do Brasil por Portugal à capacidade de miscigenação dos portugueses, como também à plasticidade de seu temperamento e seu poder de assimilação em face das tribos indígenas que ocupavam a terra e com as quais se ajustaram naquilo a que Jaime Cortesão chama raça luso-tupi¹⁷.

Tão escassos eram os colonos até a metade do século XVI, que foi possível guardar-lhes o número e mesmo o nome de quase todos, localizados na costa, de Pernambuco a Santa Catarina e no Planalto de Piratininga, como o fez Almeida Prado¹⁸.

Sem mulheres brancas na terra, os colonos, como os aventureiros, náufragos, desertores e degredados ligavam-se às mulheres indígenas enchendo de mamelucos os vazios que os brancos não poderiam ocupar. Gastão Cruls¹⁹ pinta em cores vivas os desmandos dos franceses vindos com Villegagnon para fundar a França Antártica na baía da Guanabara, "*o escorralho tirado das enxovias de Rouen a Paris*" Não podendo, diz o escritor, "*o almirante impedir que aquela matula, ávida de relaxamento após meses e talvez anos de reclusão, se esbaldasse pelo continente atrás das índias apetitosas e sem roupas a estraçalhar em caso de resistência, o que raramente aconteceria*". É que as índias, diz Capistrano de Abreu, "*se orgulhariam dos filhos nascidos daquela raça superior*"²⁰.

O português dominava pelo número os demais europeus, mas não foi ele que ocupou e colonizou a terra e sim o luso-tupi, ou melhor, o mameluco, o mestiço filho de mãe índia e pai de várias origens. Ante a desproporção entre o número de índios e de europeus, para que estes sobrevivessem tinham de ajustar-se aos costumes indígenas e, em particular, aprender a falar a sua língua.

O tupi foi a língua geral em todo o interior do Brasil até o século XVIII. O português colonizador, por força das circunstâncias, teve de adotá-la para poder viver nos vastos territórios ocupados pelos selvagens. Não poderiam os europeus, portugueses ou não, afogados pela superioridade numérica dos indígenas, prescindir de sua língua e colaboração para vencerem a rudeza da terra e povoá-la.

O mameluco ligado às duas origens, à mãe índia e ao pai português, era a ponte natural entre as duas raças, herdeiro de suas tendências impulsos e inclinações, formando a aliança que iria possibilitar o povoamento e a ocupação da terra. E a língua, no caso a língua geral, era o instrumento dessa aliança.

O português, nos vastos territórios onde se falava o tupi, adotou em massa a língua dos indígenas. É o que dizem todos os que estudam o processo do povoamento do Brasil, desde o primeiro século. Seus filhos, aqui nascidos, a falavam perfeitamente, informa o Padre Cardim.

O Capitão General e Governador do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marques de Pombal, em carta dirigida a Tomé da Costa Corte Real, existente nos anais da Biblioteca e Arquivo Público do

¹⁷ CORTESÃO, Jaime. **Introdução à história das bandeiras**. Lisboa: Portugalia, 1964.

¹⁸ ALMEIDA PRADO, J. F. *Idem* cit. p. 20

¹⁹ CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1956.

²⁰ ABREU, Capistrano. *Idem*, cit. p. 19.

Pará, tomo VIII, pag. 38, denuncia o "hábito que tinham os habitantes de Belém e seus subúrbios de usar a língua geral".

Para impedir isso a que chama de "vício arraigado", determinou medidas punitivas contra os moradores "que continuassem a falar o tupi".

O erudito Artur Cezar Ferreira Reis afirma que "no século XVII como no XVIII, não em Belém, mas em toda a Amazônia, o uso do tupi foi de tamanha amplitude que podemos afirmar: sem ele era de certo modo impossível viver integrado no meio social, dele auferindo qualquer benefício"²¹.

Isso era em 1759. Mas, até começos do século XIX, o uso da língua geral era comum em São Paulo e permaneceu até quase nossos dias na Amazônia, em Mato Grosso, em partes do Maranhão, como assinala Diegues Júnior.

Frei Vicente de Salvador, assim, não é justo quando acusa de negligentes os portugueses que, "*sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar, como caranguejos*"²².

Muito mais claro vê Almeida Prado²³ que justifica a impossibilidade de povoamento da terra pelos portugueses, dado seu pequeno número em face da imensidão do território a povoar. "*Sem aquela chusma de mamelucos submetidos à disciplina cristã, seria quase impossível a tarefa do estabelecimento de portugueses no litoral*", para acrescentar em seguida: "*talvez mesmo se fracionasse o Brasil nas mãos de vários possuidores, por não terem quem o defendesse*".

E isso é exato. Cabe mesmo excluir o condicional. Sem os mamelucos e sem os índios que serviram de ponte para o povoamento, nosso imenso território ter-se-ia fracionado em pequenas repúblicas, a exemplo do que aconteceu com as possessões espanholas.

Capistrano de Abreu apontando o ódio inconciliável entre Tupiniquins e Tupinambás, povos da mesma origem e que falavam a mesma língua, escreve: "*porque os Tupinambás se aliavam constantemente aos franceses e os portugueses tiveram a seu favor os Tupiniquins, não consta da história, mas o fato é incontestável e foi importante; durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Pêro (portugueses) ou aos Mair(franceses)*"²⁴.

Como também os Guaicurús, no sul do Mato Grosso, resguardaram para Portugal e depois para o Brasil, por mais de cem anos, grande parte do pantanal do Paraguai e parte da bacia do Paraná, evitando que as fazendas castelhanas se instalassem dentro das fronteiras portuguesas, observa M. Cavalcante Proença²⁵.

Os indígenas no Maranhão e em Pernambuco garantiram para os portugueses a ocupação territorial que os franceses disputavam, assegurando assim o destino histórico do Brasil.

Já é tempo, pois, de fazer justiça aos nossos índios assim compreendidos os componentes das tribos e os mamelucos nascidos da união das índias e dos portugueses, como também, embora em menor número, de europeus de várias origens. Sem sua colaboração, sem as qualidades inatas de orientação e de movimento típicas dos povos nômades, nem portugueses, colonos ou soldados, nem bandeirantes ou sertanistas que partiam de São Paulo, da Bahia, de Pernambuco ou de Belém para devassar o interior e descobrir os sertões, teriam podido executar a formidável tarefa de empurrar a linha de Tordesilhas no sul, no oeste, na Amazônia, preparando o **uti possidetis** para os tratados de Madri e de Santo Ildefonso.

Em carta ao Provincial do Brasil escrevia o Padre Vieira em 1654, assombrado com a Amazônia misteriosa que se apresentava em sua frente, que, *sem o auxílio dos índios nada podiam construir quer os leigos, quer os religiosos*. Como o faz Vieira, também Gilberto Freire acentua a contribuição do indígena para o alargamento de nossas fronteiras: "*em sua atividade de guia, canoieiro, guerreiro, caça-*

²¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: INPA, 1958.

²² SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil**. São Paulo: Nova Ed. Weisflog Irmãos, 1938.

²³ ALMEIDA PRADO, J. F. Idem cit. p. 20

²⁴ ABREU, Capistrano de. Idem cit. 19.

²⁵ PROENÇA, M. Cavalcante. **No termo de Cuiabá**. s. d. (p. 84). [fonte policopiada: dados incompletos]

dor, pescador, muito auxiliou o índio ao bandeirante mameluco, os dois excedendo ao português em mobilidade, atrevimento e ardor guerreiro"²⁶.

Quantos têm estudado a formação de nossa geografia reconhecem a importância dos índios e dos mamelucos nessa formação. As primeiras entradas para o sertão seguiam os trilhos por eles abertos. O gentio era mestre e colaborador inigualável nas entradas, assinala Sérgio Buarque de Holanda²⁷.

Tratando da viagem fabulosa de Aleixo Garcia que, *"partindo do litoral atlântico rumou para os andes através de terras nunca antes trilhadas por europeus"*, ou narrando as marchas das bandeiras saídas de São Paulo *"ora em direção ao Guairá ora rumo ao São Francisco, já nas primeiras investidas atinando com o caminho mais apropriado"*, observa que isso mostra *"até onde se valeriam seus cabos da colaboração indígena"*²⁸.

É o que também descreve Diegues Júnior: *"mamelucos guiam os povoadores para o planalto de Piratininga, mamelucos encaminham as boiadas para o Vale do São Francisco, mamelucos abrem a penetração para as Minas Gerais, mamelucos procuram atingir, pelo interior, os bons pastos maranhenses e chegam até ao vale amazônico, mamelucos se espriam igualmente pelos contrafortes da Serra do Mar para alcançar o extremo sul"*²⁹.

Quando Domingos Jorge Velho veio do Rio Grande do Norte para combater os negros dos Palmares, à frente de seu Terço composto de 45 brancos e 600 índios, chegando a Garanhuns, nas cabeceiras do Rio Mundaú, desceu pelo caminho mais curto e reto, através da difícil região das *matas das Alagoas*, vindo alcançar o centro da zonados quilombos, o que não poderia ter conseguido sem guias seguros, capazes de reconhecer e atravessar a mata virgem antes indevassada.

Somente *o senso de orientação quase miraculoso dos índios* a que se refere Sérgio Buarque de Holanda, ensejaria essa façanha. Somente seus Cupinharões poderiam ter orientado o bandeirante, ou então os tapuias que assaltou e escravizou e cujas aldeias em Garanhuns destruiu antes de marchar para os Palmares. O que é mais provável.

De qualquer maneira, sem o índio, a bandeira não poderia caminhar pela imensidão desconhecida do território. *"Sem o índio não havia bandeira"* observa Cassiano Ricardo³⁰. O próprio Domingos Jorge Velho, em carta de 15 de julho de 1694, confessa: *"sem os tais índios da casta dos Oroages e Cupinharões, como são os meus, se não pode fazer a guerra desta qualidade"*.

O problema da ocupação da nova terra

Para explicar o milagre da conquista e do povoamento de nosso imenso território, temos de atender não só a fatores de ajustamento ao meio, como ao espírito de aventura dos lusos.

Esses fatores, porém, só puderam prevalecer, ao lado da instalação de uma agricultura que fixasse e prendesse o homem à terra, promovendo seu povoamento permanente: o homem desbravador, o povoador, não pode ser olhado sem ser em conjunto com a terra que ele ocupou, desbravou, e que, por fim, civilizou. E quem diz terra povoada e civilizada, diz terra cultivada. Foi a agricultura que possibilitou a ocupação e a civilização do Brasil.

Também em qualquer parte, só foi possível o progresso no sentido da civilização humana, quando a alimentação deixou de ser um simples processo ocasional de coleta, para apoiar-se numa base mais ampla e segura de caça e pesca permanente, antes de ter alcançado o estágio agrícola.

A agricultura no Brasil dos séculos XVI e XVII tem que ser encarada sob o aspecto de sua finalidade e da possibilidade de sua instalação: a lavoura em si e o

²⁶ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 2ª Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

²⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Separata do vol. XIII dos Anais do Museu Paulista*. s. d. [fonte policopiada: dados incompletos]

²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Idem cit.* p. 26.

²⁹ DIÉGUES JR., Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, INEP, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (Publ. CPBE, ser. 6, Sociedade e Educação, nº 2), 1960.

³⁰ RICARDO, Cassiano. *A marcha para Oeste*. (s. d.) vol. 1.

agricultor que deveria plantar e colher. Quanto à lavoura, é preciso distinguir entre a *grande lavoura*, a agricultura que tinha por objetivo a exportação, e a agricultura de *manutenção*, de subsistência, a que possibilitaria a primeira, a que permitiu a ocupação da terra pelos seus descobridores, quando quiseram povoá-la.

Foi a lavoura de exportação que veio colocar os índios e os portugueses uns em face dos outros como antagonistas. Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, não se deixando embriagar pela miragem do ouro que nunca pesquisou nos sertões de sua capitania, olhou com olhos gulosos o gordo massapê das várzeas do Beberibe e do Capiberibe, onde fez instalar engenhos de açúcar, artigo tropical ainda valorizado na Europa.

Não foi talvez a tradição da Ilha da Madeira que o fez enveredar pela agricultura da cana, mas experiência anterior em feitoria do Rio onde Fernão de Magalhães encontrou, em 1519, plantação de cana abandonada. O índio foi então arrastado para a vida sedentária dos engenhos, a que nunca se habituou. Foi sempre um mau trabalhador. Resistiu, ou lutando como guerreiro ou fugindo para as florestas do interior.

O português colonizador, plantador de cana em Pernambuco e na Bahia teve de escravizá-lo para o obrigar a um trabalho onde produziu sempre pouco. Em breve foi substituído pelo escravo africano. Era o choque entre duas raças, que acabaria pelo desaparecimento da mais fraca.

Caio Prado Júnior pinta, com muita agudeza esse choque e explica suas causas, pondo em confronto o índio norte americano e o índio brasileiro. Enquanto nos Estados Unidos o índio era utilizado no fornecimento de peles, por exemplo, mercadoria adquirida por sua atividade de trabalhador autônomo e pela qual recebia em troca mercadorias européias, *"sem que fosse incorporado à obra civilizadora dos brancos"*³¹.

No Brasil, o português colonizador via no índio um *"trabalhador aproveitável, e a metrópole um povoador da área imensa que tinha de ocupar, área muito além de sua capacidade demográfica"*. O índio reagia a essa situação a que o queria relegar não apenas o português, mas o europeu que aqui aportava. Mesmo o bandeirante no seu empenho de devassar o território e ocupá-lo, tinha de se chocar com as tribos indígenas que o habitavam. E nesse choque o índio era esmagado. Por isso Almeida Prado definiu essa situação com a afirmação: *"onde aparecia o europeu desaparecia o índio"* e Capistrano de Abreu apelidou o bandeirante como o *despovoador*.

Gilberto Freire também trata do assunto em Casa Grande e Senzala, pag. 212, encarando-o sob o mesmo prisma do antagonismo entre o índio habituado ao movimento, às migrações, ao nomadismo, e a tentativa de acorrentá-lo à estabilidade sedentária da lavoura, à escravidão a que o quis reduzir o colonizador português e a que nunca ele se submeteu.

A lavoura da cana fixando o português na terra do Brasil, definiu sua civilização latifundiária e escravocrata, mesmo porque não havia condições para o estabelecimento de feitorias comerciais. O índio, em conseqüência, teve de ser procurado para esse primeiro processo agrícola. Os escravos africanos só mais tarde seriam trazidos para os canaviais, quando ficou bem claro que não havia possibilidade de adaptação dos indígenas ao sedentarismo da lavoura da cana de açúcar, que se instalava principalmente em Pernambuco e na Bahia. O açúcar, a partir do fim do século XVI, era produto colonial que o consumidor europeu absorvia ávidamente, enriquecendo a coroa portuguesa.

O índio resistia teimosamente ao canavial. Portugal teve de recorrer ao escravo negro para manter e incrementar as plantações. Os engenhos, quer os primitivos, de animais, quer os movidos a água, só puderam produzir economicamente, graças ao negro africano. *"Sem negros não existirá Pernambuco e sem Angola não haverá negros"* escrevia o Padre Antônio Vieira. Os holandeses também compreenderam isso. Depois da conquista de Pernambuco, no século XVII, viram-se obrigados a empregar os escravos negros nos engenhos, trazendo-os a princípio de Guiné,

³¹ PRADO J. R., Caio. Idem cit. p. 16

e depois de Angola que foram conquistadas por Maurício de Nassau como indispensáveis à manutenção do tráfico negreiro e à própria existência de Pernambuco. Sem o açúcar, a conquista e ocupação de Pernambuco seria uma empresa inútil para a Holanda. "*Sem negros e sem bois, nada se poderia esperar de Pernambuco*" diziam os Heeren XIX em 1640, na informação de Boxer³² - Os Holandeses no Brasil, pag. 192.

Os índios e sua cultura

Os índios, ou trazidos aos engenhos, ou obrigados ao trabalho da lavoura pelos senhores de engenho, ou reunidos em aldeias pelos missionários, em trabalho de catequese, ficaram em contato com o povoador português que aqui se radicava, no esforço de ocupação permanente da terra. E nesse contato lhe transmitiu os traços da cultura que, em sua maioria, se incorporaram aos hábitos da população e permanecem ainda hoje.

O uso da rede, o pilão de pau para pisar milho, a pimenta como condimento, a pesca com o tinguí ou cipó de macaco, o consumo do cará, o instinto nômade de mudar freqüentemente de pouso, a queimada das matas para plantar roçados, o uso do fumo e do mel de abelhas, sobretudo a urucu, a cerâmica, a fabricação e uso de peneiras e cestas de taquara, cipó e palhas de coqueiros, canoas cavadas em um só tronco, casas escondidas no mato, mandioca e seus variados usos, desde a farinha, de consumo geral, ainda hoje, até a goma, a massa puba e a carimã para papas infantis, são alguns dos traços culturais que os portugueses receberam dos indígenas e, com os portugueses, toda a população que ocupou e povoou o território, quer a de origem peninsular quer, mais tarde, os negros e seus descendentes.

Quando em 1500 Pedro Alvares Cabral promoveu o primeiro encontro, mais aproximado, com os índios nas praias de Porto Seguro, encontro que a carta de Caminha documenta, tivemos notícia do primeiro traço de cultura dos indígenas que os portugueses iriam mais tarde assimilar: a rede de dormir. As casas, diz o escrivão, "*eram todas de um só espaço, sem repartição alguma, e tinham de dentro muitos esteios, e de esteio a esteio, uma rede atada com cabos em cada esteio, altas, em que dormiam. E de baixo, para se aquecerem, faziam fogos*".

Staden, em sua obra, além de descrever a maloca, apresenta delas, bem como das redes de dormir, gravuras que confirmam a informação do escrivão da armada.

Foi um traço da cultura indígena recebida pelos descobridores e que penetrou fundamente em seus hábitos. Gilberto Freire analisando o complexo da rede descreve aquilo que todos nós, principalmente do nordeste, vemos constantemente: "*o costume da rede berço só agora vai desaparecendo das tradições do norte; muito nortista ilustre, hoje homem feito, terá sido criado ainda em rede, embalado pela mãe ou pela ama negra; terá muitas vezes adormecido, em pequeno, ouvindo o ranger tristonho do punho da rede*". E não poderia deixar de anotar um uso ainda vivo no interior, nas fazendas e nos engenhos, "*a rede como meio de transporte de doentes, feridos e de mortos*".

É um hábito tão constante que a expressão "*lá vai uma rede*" ou "*está passando uma rede*", refere-se à condução de um defunto ou de um doente, e assim todo mundo o compreende, sem mais explicação.

Até a segunda década deste século, sobretudo nas zonas sertanejas, a rede dobrada na garupa do cavalo ou do burro viajero, foi objeto indispensável a quem atravessava os estirões desertos dos caminhos. Na hora do meio dia, amarrada aos galhos das árvores de sombra, e à noite, nos esteios do copiar das fazendas primitivas e hospitaleiras, a rede oferecia-se ao repouso e ao sono do viajante, como ao índio em suas malocas, no primeiro século.

Hoje em dia, o caminhão de transporte e as BRs que começam a cortar o país, dispensam a hospedagem das fazendas de beira de estrada. Os motoristas conduzem ainda suas redes. Armam-nas porém, nas cabinas dos grandes FNM ou mesmo

³² BOXER, C. R. *The Deutch in Brazil*. Oxford, 1957.

debaixo das carrocerias de qualquer caminhão e assim dormem ao ar livre, nos arruados e vilarejos. O transporte acompanhou o progresso, o asfalto vai substituindo os rudes caminhos primitivos, abertos pelos cascos das boiadas, mas a rede seguiu o homem através do tempo, nas longas travessias, sempre prestativa, acolhedora e indispensável.

Quando foi descoberto, já existia no Brasil uma agricultura: não a dos povos civilizados, variada e capaz de transformar em sedentários os povos nômades que neles habitavam, mas a suficiente para conservar e melhorar algumas plantas que lhes serviam de alimentação.

Se algumas delas eram colhidas como produtos espontâneos, de simples coleta, uma houve, a mandioca, que era objeto de uma agricultura espalhada por todo o território e praticada por todas ou quase todas as tribos indígenas. Hans Staden, em seu precioso livro *Viagem ao Brasil*, cuja primeira edição foi publicada em 1557, na cidade de Marburg, Alemanha, assim descreve a agricultura da mandioca, pelos índios: "*nos lugares onde querem plantar, cortam primeiro as árvores e deixam-nas secar de um a três meses. Deitam-lhes fogo, ao depois queimam-nas, e então é que plantam entre os troncos as raízes de que precisam, a que chamam mandioca*"³³.

Esse processo agrícola de preparo da terra foi o seguido pelos portugueses. Ainda hoje é assim que se faz. Primeiro derrubam as árvores e após estarem mais ou menos secas "*deitam-lhes fogo e queimam-nas*". Não é uma redundância do narrador. São dois processos distintos, primeiro a queimada geral, depois o encoivamento: são ajuntados pelo terreno, em montes, os galhos, as garranchadas poupadas pela queimada primitiva, a que então se põe fogo. A essas fogueiras os índios chamavam *coivaras*, nome que ainda hoje têm entre nossos agricultores.

Sem elas, sem as coivaras, a galharia, os garranchos, as sobras das árvores derrubadas e queimadas, ficariam dispersas pelo terreno, dificultando o plantio e abafando a lavoura roubando luz às plantas. A *coivara*, assim, longe de ser um processo bárbaro, é uma adaptação à economia do trabalho e de boa prática para a agricultura primitiva, como era a do índio.

Os escritores que tratam da colonização, todos eles se referem à coivara sempre com adjetivos que põem em relevo o primitivismo do processo, sem atentar na impossibilidade de, na época, usar-se de qualquer outro. Para a instalação da agricultura, quer a de exportação quer a de manutenção, o primeiro processo teria de ser a derrubada da mata para o preparo da terra. Os canaviais não poderiam ser plantados, nem também os roçados de mandioca, de milho, de amendoim, de abóbora. O aproveitamento da madeira, somente depois do século XIX, se tornou possível e econômico.

Caio Prado Júnior³⁴ escreve em *Formação do Brasil Contemporâneo*, pg. 129: "*para a instalação de novas culturas, nada de novo se realizará que o processo brutal copiado dos indígenas: a queimada.*" E à pag. 90 do *História Econômica do Brasil*³⁵: "*em matéria de lavra do solo, nada verdadeiramente se praticava de eficiente, além da queima e roçada, para a limpeza indispensável - e isto mesmo, apenas sumariamente e sem mais que o conhecido processo indígena da coivara*".

E em nota esclarece: "*a coivara consiste em reunir e juntar em pilhas, os galhos e outros destroços da floresta e atear-lhes fogo*". O que é exato. Não há coivara sem a queima anterior.

Ficam apenas os troncos. Assim faziam os índios que transmitiram o processo aos portugueses e estes ajustaram sua agricultura primitiva às circunstâncias e necessidades ambientes. Feita a queimada e realizada a coivara, afirma Staden, "*plantam as raízes de que precisam, a que chamam mandioca. É um arbusto de uma braça de altura que dá umas três raízes. Quando as querem comer arrancam o pé, quebram-lhe as raízes e depois o galhos. E estes, colocam-nos outra vez na*

³³ STADEM, Hans. *Viagem ao Brasil*. s. d. [fonte policopiada: dados incompletos]

³⁴ Idem cit. p. 16.

³⁵ PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1959.

*terra, onde criam raízes de novo, e com seis meses crescem tanto que dão já o que comer*³⁶.

É o novo plantio para outra colheita. Quando o terreno já estava cansado pelas repetidas colheitas, era abandonado, fazendo-se nova derrubada mais adiante. Assim faziam os índios. Assim fazem ainda hoje os nossos agricultores, herdeiros dos processos agrícolas indígenas. Assim era que os índios iam emigrando de uma região para outra, quando a terra ia ficando cansada, ou quando escasseava a caça.

Pode-se ter uma idéia do primitivismo da agricultura colonial, quando se observa que os engenhos de açúcar queimavam exclusivamente lenha, e as primeiras fornalhas para cozinhar açúcar com o aproveitamento do bagaço da cana, apareceram no Brasil em 1809³⁷.

Os portugueses, porém, não tiveram de aprender somente com os índios. O processo da queimada era comum na Europa daquele tempo, no preparo dos campos de cultura. Os rudes camponeses peninsulares tinham nesse assunto uma tradição secular a seguir. Os romanos já conheciam e usavam a alternância das culturas, o descanso da terra entre as colheitas, como também usavam queimar os campos, para livrá-los do restolho e dos resíduos da colheita anterior.

Virgílio, no livro 1, versos 79, 82 a 85 das *Geórgicas* aconselha o processo, pois ***saepe etiam steriles incendere profuit agros, atque levem stipulam crepitantibus urere flammis***³⁸, ou "frequentemente, também servira incendiar os campos esteréis e queimar a palha seca com chamas crepitantes".

Outros aspectos da cultura indígena

Outros aspectos da civilização material dos índios, permaneceram até hoje. Comunicando-se aos portugueses do primeiro século, transmitiram-se a seus descendentes que aqui se fixavam e, com muito maior razão, aos descendentes dos indígenas.

Estes, quer os aldeados, quer os que, por qualquer motivo, permaneceram nos engenhos e fazendas, adaptando-se bem ou mal à lavoura do colonizador, são os ancestrais dos nossos matutos, caboclos, moradores, caipiras, camaradas, mandioqueiros de hoje, herdeiros de seus instintos, suas credices, seus costumes, e dos conhecimentos indígenas da terra, das plantas e suas virtudes, da empírica medicina dos pajés, ainda hoje usada e empregada.

O matuto só procura o médico quando a doença é mesmo grave e as mezinhas caseiras, os chás de folhas e de raízes se revelam claramente ineficazes. Como também ineficazes as rezas e as benzeduras.

Os hábitos e os preconceitos de nossos caboclos, repetem os hábitos e preconceitos do índio. Construíam eles suas casas dentro do mato, disfarçando seu acesso com veredas e caminhos confusos. Nossos matutos e caboclos dos engenhos têm também particular aversão a morar no *cercado*, a costumeira área de pasto baixo e limpo, contígua às casas grandes e instalações das fazendas. Preferem, como o faziam os índios, instalar-se em grotas distantes e isoladas, na borda das matas, "*onde não ouçam cantar o galo dos vizinhos*"³⁹. Mas, como o índio, tem sempre seu terreiro varrido e limpo, trabalho de que se encarregam as mulheres.

Na contingência de morarem nos *cercados*, preferem, as mais das vezes, mudar de terra. Vão trabalhar em outra propriedade onde possam morar isolados. E dizem com ironia: "*o patrão tem só um engenho; eu tenho todos; onde chego a terra é minha*". Ou então: "*onde acaba a terra de Nosso Senhor começa a de Nossa Senhora*".

O índio nômade, mudando de pouso constantemente, na zona do litoral ou emigrando em massa, tribos inteiras, transmitiu ao seu descendente, o matuto que planta cereais nos sítios do interior, os trabalhadores de enxada que vivem da pe-

³⁶ STADEM, Hans. Idem cit. p.27

³⁷ PRADO JR, Caio. Idem cit. p. 16

³⁸ VIRGÍLIO. *Les Bucoliques et Les Géorgiques*. In Rat, Maurice. Paris: Éditions Garnier Frères, p. 70, s.d.

³⁹ STADEM, Hans. Idem cit. p. 28.

quena agricultura, esse impulso migratório que hoje o arrasta para os cafezais do sul.

Antes que o asfalto lhe pusesse à disposição os caminhões, para o espetáculo desumano de suas viagens heróicas até as fazendas de São Paulo ou do Paraná, ele caminhava dentro de sua própria região agrícola, andando de engenho para engenho, sem mudar de trabalho, instável, sem morada certa e sem pousada definida, seis meses aqui e seis meses acolá.

O pretexto que se dava a si mesmo, mais que aos patrões, era que lá adiante a paga era melhor. Constituíam-se na massa andeja e mal alimentada de trabalhadores sem especialização, arrastando pelos caminhos a mulher e os filhos, carregando a esteira, a rede, pequenas trouxas de roupa e miseráveis trastes, os *teréns* que constituíam toda sua riqueza. Da mesma forma, cria hoje uma justificativa de melhoria de vida, na viagem para o sul. Na realidade, porém, o mecanismo dessa migração interna tem suas origens remotas no sangue índio que, em proporção maior ou menor, corre em suas veias. Pesa-lhe no instinto e no temperamento o nomadismo ancestral. Grande número desloca-se das terras úmidas da zona da mata, onde há terras férteis e águas perenes, onde nunca falta trabalho, pelo contrário, onde são sempre solicitados. Vendem muitas vezes suas pequenas propriedades, seus sítios prósperos, para serem assalariados no sul. Não são desajustados, senão em percentagem mínima. Mas não resistem ao impulso de movimento, de andar, de mudar, onde há muito espírito de aventura.

Estêvão Pinto⁴⁰ escreve sobre o nomadismo do índio: "*o problema da agricultura está ligado ao do erratismo dos nossos indígenas*". E cita o Padre João de Azpilcueta Navarro que, em 1550, afirmava que os arborícolas não tinham "*moradia certa, mudando-se de aldeia todos os anos*", logo que devastavam as circunvizinhanças, ou quando lhes apodrecia a "*palma dos tetos*". Como os índios do período colonial, deslocavam-se em massa, em procura das "*terras sem mal*", onde não havia sofrimento nem morte.

O instinto migratório do índio era tão poderoso que, como diz Estêvão Pinto na citada obra, vol. 1, pag. 98, em pleno século XX, entre os anos de 1820 e 1912 verificaram-se êxodos de numerosas populações tísticas (Apopocucas, Tanhiguás, Oguaivás), "*os quais abandonando o alto do Paraná, buscaram os litorais do Atlântico, em demanda da terra onde se não morre*"⁴¹.

Isto deve ser tomado em conta na análise do fenômeno migratório interno do Nordeste de hoje, ao lado das causas econômicas e sociais que também existem. Saindo de sua terra, o nordestino mergulha no "*inferno verde amazônico*", invade as terras roxas de São Paulo, espalha-se pelo Paraná, alcança, modernamente, Goiás e Brasília. Aparece onde quer que tenha notícia de ganho fácil ou onde recursos naturais em exploração ofereçam trabalho abundante.

Mas, ao movimento de ida, corresponde o de retorno. O impulso que os impele é o mesmo que os repele. O retorno pela Rio-Bahia acusou para os oito Estados, do Piauí à Bahia, em 1950, 26%; no segundo semestre de 1952, 35% e no primeiro de 1953, 39%. São Paulo, que é centro tradicional de atração migratória, tem também acentuado movimento de repulsão.

No decênio de 1940 a 1950 absorveu 353.936 imigrantes do norte, mas, na mesma época deixaram seu território 275.918 pessoas. Sobrou-lhe um saldo de 78.018 imigrantes nordestinos. O Paraná e Goiás, duas outras zonas de atração migratória lucraram, o primeiro, 440.875 e o segundo 125.721 imigrantes.

A mandioca

Entre os complexos culturais indígenas, nenhum mais importante que o da mandioca. Importante para a vida tribal, impondo a solidariedade do trabalho; importante para a manutenção e a própria existência do índio e, como consequência, importante para a ocupação do território pelos portugueses. Sem a mandioca não haveria o índio e sem o índio não haveria o Brasil português.

⁴⁰ PINTO, Estêvão. *Os índios do Nordeste*. Vol. 2, p.63-98. [fonte policopiada: dados incompletos]

⁴¹ IDEM cit. loc. Vol. 1, p. 98.

"Antes do homem já existia a mandioca", escreve Roy Nash⁴² referindo-se ao povoamento do continente sul americano. "O descobrimento da maravilhosa raiz, foi mais importante para os indígenas brasileiros, do que o trigo foi para os árias", na afirmação de Couto de Magalhães⁴³. Mais incisivamente ainda, o autor americano observa o excepcional papel que o destino reservou a essa raiz, na história do Brasil: "O dos reis e o dos conquistadores, o dos sacerdotes e o dos políticos, perante o dela empalidecem". Sem a mandioca, os índios que ocuparam, antes de Cabral, as terras brasileiras, não teriam sobrevivido ou não teriam se multiplicado nas numerosas tribos guerreiras e fortes, que foram aqui encontradas no descobrimento. Em 1500 os portugueses teriam sido recebidos, aqui, por pequenos grupos, escassas tribos perdidas no litoral desocupado. Não teria havido povoamento, nem ocupação litorânea, nem bandeirantes aventureiros descobridores de rios, de serras e de minas, nem mamelucos suficientes para formar "a muralha viva que foi alargando, em sentido ocidental, as fronteiras coloniais do Brasil", na observação de Gilberto Freire⁴⁴. Nem teria havido missionários catequistas, que desbravaram florestas e fundaram aldeias, ocupando territórios no sul, no oeste, na amazônia, para suas pátrias peninsulares.

Antes que ao litoral brasileiro chegassem os brancos, quer os descobridores portugueses, quer os navegantes, piratas e aventureiros dos quatro cantos da Europa, que aqui encostavam suas naus para contrabando, nas angras e enseadas do Brasil, os indígenas tinham na caça, na pesca e na mandioca a base de sua alimentação. Outras raízes comestíveis que aqui foram encontradas não bastariam para mantê-los; nem o mel de abelhas cujo consumo estava naturalmente condicionado ao encontro fortuito das colméias silvestres; nem o milho que plantavam menos para alimento que para o preparo do cauim de suas festas.

Gabriel Soares de Souza escrevia em 1587 sobre o plantio do milho na Bahia, "que o milho não se tem lá por mantimento"⁴⁵. A mandioca é que alimentava os indígenas, como passou a ser a base da alimentação dos colonizadores nos três primeiros séculos. Era o *pão da terra*.

Como documentou Gabriel Soares de Souza: "a mandioca é mais sadia e proveitosa que o bom trigo, por ser de melhor digestão. E por se averiguar por tal, os governadores Tomé de Souza, Dom Duarte e Mem de Sá não comiam no Brasil pão de trigo por se não acharem bem com ele e assim o fazem muitas outras pessoas"⁴⁶.

Se os governadores mudavam a base da alimentação, do trigo para a mandioca, com mais razão o fariam o soldado, o artesão, o comerciante nas cidades, e, nos engenhos e lavouras, o lavrador, o carpinteiro, o ferreiro, o pedreiro, o caldeireiro, o mestre de açúcar, o banqueiro, os agregados e auxiliares reinóis, que na farinha de mandioca encontravam a alimentação de todo dia.

Barleus documenta seu uso, no século XVII, também pelos holandeses, que a preferiam ao pão de trigo, tal como os portugueses. "É a mandioca um alimento bastante forte, e mais agradável do que o pão para os portugueses, índios, negros e até para os nossos soldados"⁴⁷.

"Ainda hoje a mandioca é o alimento fundamental do brasileiro e a técnica de seu fabrico permanece, entre grande parte da população, quase que a mesma dos indígenas", como observa Gilberto Freire⁴⁸.

Sobre essa base alimentícia formou-se toda a nossa civilização, fez-se o povoamento do território. Fez-se mais. Constituiu-se a nação brasileira.

⁴² NASH, Roy. **A conquista do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

⁴³ MAGALHÃES, Couto. **O Selvagem**. São Paulo: Ed. Nacional (BPB, ser. 5, Brasileira 3) 1935, p. 166.

⁴⁴ FREYRE, Gilberto. *Idem cit.* p. 23.

⁴⁵ SOUZA, Gabriel. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. s. d. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1938.

⁴⁶ IDEM, *cit.* p. 30

⁴⁷ BARLEUS, Gaspar. **História dos feitos praticados durante oito anos no Brasil, sob o governo de João Maurício Conde Nassau**. Tradução de Cláudio Brandão. s. d., p. 137 [fonte policopiada: dados incompletos]

⁴⁸ IDEM, *cit.* p. 23.

Jose Paulino e Mário Marroquim

Durante as comemorações do Centenário de Mário Marroquim ficaram em exposição no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas as gravuras de José Paulino de Albuquerque Lins. Entre os muitos sonhos de Mário, constava a produção de um trabalho ilustrado sobre a importância da mandioca na dieta alimentar dos primeiros tempos de colonização. Impedimentos pessoais e o acúmulo de atividades após as comemorações do Centenário, retardaram a reprodução deste trabalho, mas, através da ajuda e apoio de Fábio Máximo de Carvalho Marroquim, foi possível realizar mais este sonho de Mário, com as gravuras de José Paulino feitas em Riacho Doce, quando Fábio, ainda criança, acompanhava o pai nas suas pesquisas.

As gravuras estão colocadas em uma ordem que, presume-se, seria a mesma que Mário daria.



FIG. 01
VISÃO DO FORNO E PRENSA

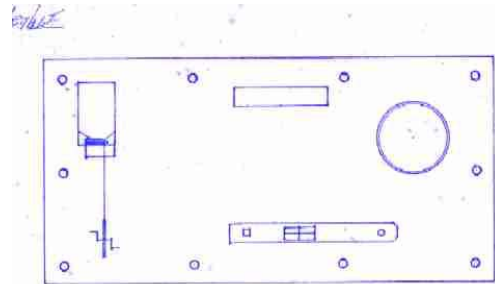


FIG. 02
PLANTA BAIXA - CASA DA FARINHA

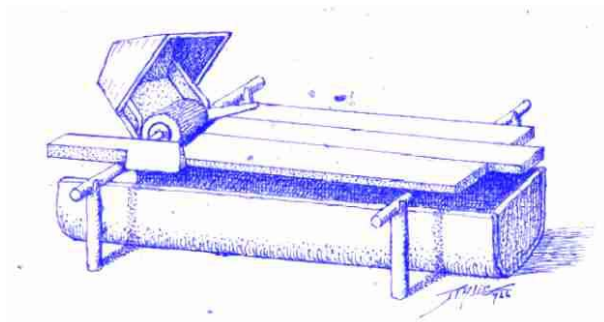


FIG. 03
VEIO E CAITITU

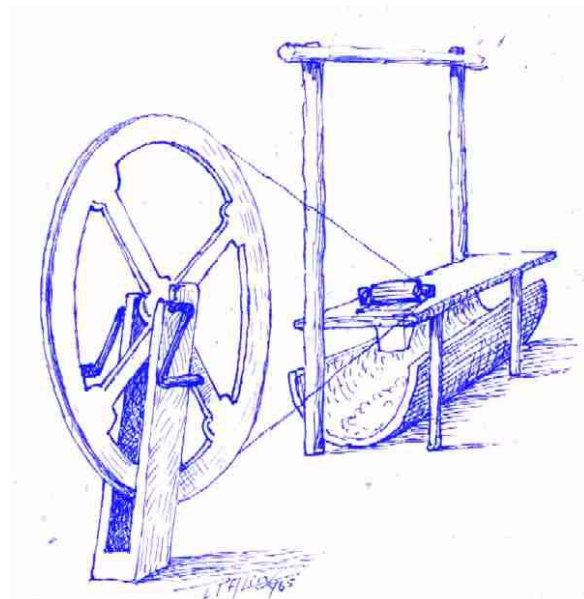


FIG. 04
CAITITU (OUTRO ÂNGULO)



FIG.05
COCHO



FIG.06
FORNO (ASSANDO BEIJUS)

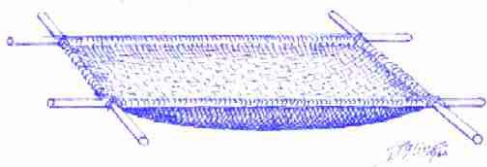


FIG.07
PENEIRA



FIG. 08
TRANSPORTE DA MANDIOCA

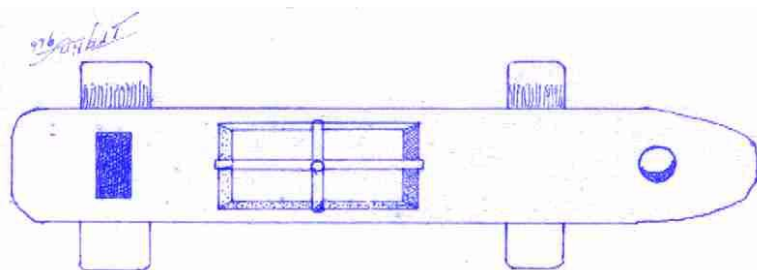


FIG. 09
PRENSA (PLANTA BAIXA)



FIG. 10
MULHERES FAZENDO BEIJUS



FIG. 11
CASA DA FARINHA (FORNO)



FIG. 12
HABITAÇÃO TÍPICA (SAPÉ COM PALHA DE COQUEIRO)

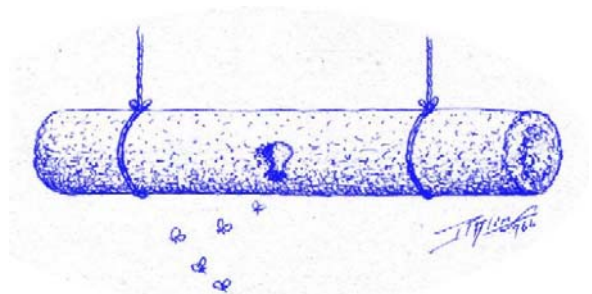


FIG. 13
COLMÉIA



FIG. 14
CASA DA FARINHA - VISTA GERAL